

**Fredie Didier Jr.**

# **COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL**

**esboço de uma teoria para o  
Direito brasileiro (arts. 67-69, CPC)**

**2.<sup>a</sup> edição**  
revista, atualizada  
e ampliada

2021



**EDITORA**  
*Jus***PODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

1192687

C778      Cooperação Judiciária Nacional – Esboço de uma Teoria para o Direito Brasileiro / Fredie Didier Jr. – 2.ed. rev. atual., e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.  
128 p. (Ensaios)

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-451-4.

1. Organização Judiciária. 2. Cooperação Judiciária. 3. Direito Processual.  
I. Didier Jr., Fredie. II. Título.

CDD 341.41

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## I. PREMISSAS

<b>I. PREMISSAS</b> .....	<b>21</b>
1. Conceito de norma jurídica processual.....	21
2. Fontes da norma jurídica processual.....	21
3. Conceito de fato jurídico processual.....	30
4. Negócio jurídico processual.....	32
5. Protocolos institucionais.....	36
6. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência.....	37
7. Princípio da competência adequada.....	38
8. <i>A translatio iudicii</i> .....	42
9. Princípio da eficiência.....	44
<b>II. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL</b> .....	<b>51</b>
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais.....	51
2. Breve histórico.....	53
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais.....	56
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo.....	58

16	
	Cooperação Judiciária Nacional – Fredie Didier Jr.
5.	Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação ..... 59
6.	Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos ..... 60
7.	Tipos de cooperação ..... 62
7.1.	Cooperação por solicitação ..... 62
7.2.	Cooperação por delegação ..... 63
7.3.	Cooperação por concertação ..... 63
8.	A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional ..... 64
9.	Pedido de cooperação: a cooperação solicitada ..... 66
10.	Cooperação por delegação ..... 66
10.1.	Noção e características ..... 66
10.2.	Distinções ..... 68
11.	Atos concertados: a cooperação negociada ..... 69
11.1.	Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional ..... 69
11.2.	Objeto da concertação ..... 74
11.2.1.	Consideração introdutória ..... 74
11.2.2.	Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC ..... 76
11.2.2.1.	Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC) ..... 76
11.2.2.2.	Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória ..... 77
11.2.2.3.	Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC) ..... 78
11.2.2.4.	A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC) ..... 79
11.2.2.5.	Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC) ..... 82
11.3.	Ato concertado como hipótese de modificação de competência ..... 83
12.	Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i> ..... 88
13.	A compulsoriedade da cooperação judiciária ..... 89

14. As partes e a cooperação judiciária.....	91
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	93
<b>ANEXOS.....</b>	<b>95</b>
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre cooperação judiciária.....	95
II. Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça .....	97
III. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça .....	100
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>117</b>